



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**“ALGUMAS IMPLICAÇÕES ACERCA DAS VARIAÇÕES
LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA”**

KARLA VALÉRIA ARAÚJO SILVA

**GUARABIRA- PB
2011**

KARLA VALÉRIA ARAÚJO SILVA

**“ALGUMAS IMPLICAÇÕES ACERCA DAS VARIAÇÕES
LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
Licenciatura Plena em Letras da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de Licenciado em Letras.

Orientador: Juljan Lima Palmeira

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586a Silva, Karla Valéria Araújo

Algumas implicações acerca das variações linguísticas para o ensino de língua materna [manuscrito]: / Karla Valéria Araújo Silva – 2011.26 f.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Juljan Lima Palmeira, Departamento de Letras”.

1. Linguística 2. Língua Portuguesa 3. Aprendizado
I.. Título.

21. ed. CDD 410

KARLA VALÉRIA ARAÚJO SILVA

**ALGUMAS IMPLICAÇÕES ACERCA DAS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS PARA O
ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Letras. Orientador: Prof. Ms. Juljan Lima Palmeira.

COMISSÃO EXAMINADORA

Juljan Lima Palmeira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Prof. Ms. Juljan Lima Palmeira/orientador

André Pedro da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Prof. Dr. André Pedro da Silva/examinador

Peterson Martins Alves Araújo

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Prof. Ms. Peterson Martins Alves Araújo/examinador

“ALGUMAS IMPLICAÇÕES ACERCA DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA”

SILVA, Karla Valéria Araújo¹

RESUMO

Este artigo pretende explicitar a importância do estudo das variações linguísticas nas aulas de Língua Materna, e algumas implicações acerca da abordagem das várias transformações que ocorrem na Língua Portuguesa, bem como os fatores e consequências causados por tais variações, mostrando como esse fenômeno interfere no aprendizado dos alunos.

Palavras-chaves: Implicações. Variações. Língua Portuguesa. Aprendizado.

¹ Concluinte do curso de Letras, UEPB. karlavaléria_gba@hotmail.com

"ABOUT SOME IMPLICATIONS OF LINGUISTIC VARIATIONS FOR MOTHER TONGUE TEACHING"

SILVA, Karla Valéria Araújo²

ABSTRACT

This article aims to clarify the importance of studying the variations in language classes in language, and some implications about the approach of the various mutations that occur in the Portuguese language as well as the factors and consequences caused by such variations, showing how this phenomenon interferes with the learning students.

Keywords: Implications. Variations. Portuguese. Learning.

² Concluinte do curso de Letras, UEPB. karlavaléria_gba@hotmail.com

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. A LÍNGUA E SUAS MODALIDADES.....	08
2.1 VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS.....	09
2.1.1 NORMA- PADRÃO: UMA VARIEDADE CULTA DA LÍNGUA.....	11
2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UM PROBLEMA SOCIAL.....	12
3. GRAMÁTICA: NECESSIDADE OU IMPOSIÇÃO?.....	15
3.1 EQUÍVOCOS NO ENSINO DE GRAMÁTICA.....	16
3.2 UMA NOVA VISÃO GRAMATICAL.....	18
4. O PAPEL DA ESCOLA E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA.....	20
4.1 AULA DE PORTUGUÊS: QUAL TEM SIDO O FOCO?.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6. REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

O nosso país, por ser multicultural, apresenta um índice considerável e diversificado de vocábulos e dialetos, que de acordo com as situações de ordem social, geográfica, cultural, etc., vem a cada dia enriquecendo a nossa interação enquanto usuários da língua portuguesa. É bem verdade que, apesar de serem vários os motivos que nos proporcionam essas variedades, as quais nos fazem ter “certo” domínio sobre a língua que falamos, temos ainda algumas questões que desencadeiam preconceitos.

Assim, como muitas pessoas são discriminadas por escolhas pessoais que fazem em diversas áreas de sua vida (religião, time de futebol, política, etc.) ou por questões naturais, como a cor da pele, por exemplo, ou ainda por questões sócioeconômicas e financeiras, vemos também que o fato de expressar-se naturalmente sem a preocupação com regras ou normas ditadas pela gramática normativa tradicional, tem causado fortes impactos, chegando a ser considerado como um grave desvio linguístico.

Infelizmente, isso ainda acontece por existirem pessoas que desconhecem esse processo de transformação da língua e acreditam que as variações linguísticas representam um problema e não uma realidade, resultando conseqüentemente em uma exclusão sofrida por parte desses usuários espontâneos da língua, que passam, portanto, a serem minimizados em muitas situações de interação dialógica.

Há, pois quem defenda que o ensino da norma-padrão, bem como o da gramática tradicional, seja algo fundamental e que só esse procedimento tornará o indivíduo capaz de portar-se, indiscutivelmente, de maneira perfeita, e ser imune a toda e qualquer privação comunicativa. De um lado, temos algumas discussões que certificam que gramática e língua estão interligadas e que ambas inexistem sem tal relação (ANTUNES, 2009); de outro, vemos que o ensino de gramática pode ser algo dispensável e que há uma distinção entre esta e a língua (ROCHA, 2007).

E temos ainda algumas contestações acerca do preconceito linguístico que por muitas vezes tem sido desencadeado a partir da imposição de regras e conceitos gramaticais (BAGNO, 1999; POSSENTI, 2006).

Esses confrontos que o fenômeno linguístico nos possibilita averiguar despertam a ampliação de uma visão mais crítica sobre algumas questões como: qual tem sido o papel da escola frente ao ensino de Língua Portuguesa? O que está sendo manifesto nas aulas da referida disciplina? E o preconceito linguístico, como fica evidenciado nessas aulas? Será que ainda existe a idéia de que o aprendizado da gramática normativa tem sido essencialmente um fator de suma importância para uma excelente apresentação oral e escrita?! É indispensável ou não o ensino da gramática? Sendo este ensino algo realmente necessário, cabe-nos indagar de que forma ele deve ser exposto.

2. A LÍNGUA E SUAS MODALIDADES

Cotidianamente nos utilizamos das duas modalidades proporcionadas pela língua: oral e escrita. A fala antecede à escrita, isso é fato! Nem todos são privilegiados com o acesso e o desenvolvimento da escrita, entretanto, desde os primórdios da humanidade, todos, sem exceção, compartilham da comunicação oral.

Desempenhamos tal habilidade quando nem temos ainda a consciência do que estamos fazendo, “[...] é uma competência do mesmo tipo de respirar, andar, chorar, espirrar, dormir... São capacidades que qualquer ser humano tem. Por isso, nós a exercemos automaticamente e com excelentes resultados.” (Bagno, 2004, p. 30). É algo que conseqüentemente vem progredindo com a manifestação das variações que vão surgindo a partir de convivências no âmbito familiar e social.

[...] A língua falada é que é a verdadeira língua natural, a língua que cada pessoa aprende com sua mãe, seu pai, seus irmãos, sua tribo, seus grupos sociais etc. Ela é que é a língua viva, em constante ebulição, em constante transformação. A língua falada é um tesouro onde é possível encontrar coisas muito antigas, conservadas ao longo dos séculos, e também muitas inovações, resultantes das transformações inevitáveis por que passa tudo o que é humano — e nada mais humano do que a língua... (BAGNO, 2004, p. 24)

A língua escrita também tem seu valor, pois foi exatamente por meio dela que a história das evoluções humanas ficou registrada, para que os descendentes das muitas gerações tomassem conhecimento dos fatos e conservação de patrimônios culturais dos povos.

Entretanto, o ensino de Língua Portuguesa muitas vezes tem se preocupado apenas com a imposição de regras que irão reger uma forma padronizada na modalidade escrita deixando de fora a língua falada.

Essa é uma nítida realidade que não surgiu recentemente no convívio escolar, mas, é assim como lembra Bagno (2004, p. 18) “[...] que a doutrina gramatical vem sendo aplicada desde o século III a.C.!”

2.1 VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

É praticamente impossível falar de Língua Materna e não citar as variações que permeiam toda a sua estrutura.

Os dialetos e os vocábulos, os sotaques, expressões corriqueiras, etc., fazem parte do nosso cotidiano, e nos possibilitam uma interação em diversos tipos de situações comunicacionais. Seja por ordem geográfica ou regional, seja por ordem social ou cultural, temos acesso a um leque muito amplo de opções para usarmos a linguagem, para escolhermos dentre a diversidade do léxico para dizermos a mesma coisa.

Se não, vejamos, desde uma simples conversa informal entre amigos, até uma explanação oral em um debate ou qualquer outro evento formal, temos explicitamente a diferença na exposição verbal dos falantes. Tudo vai ser de acordo com a ocasião a ser vivenciada, assim como comenta e exemplifica Antunes (2007):

[...] em um contexto mais formal, dizer “unidade prisional” por “cadeia”, “grande densidade pluviométrica” por “muita chuva”; “redução da maioria penal” por “atribuição de culpa a menores de 18 anos”[...]. Ou seja, certa ampliação lexical também é marca de um uso prestigiador da língua e, conseqüentemente, do falante. (p. 43)

Entretanto, quando mencionamos as variantes linguísticas, temos que lembrar que elas surgem não só na oralidade, mas também na escrita. Um exemplo disso é o famoso internetês, que está presente nas páginas de relacionamento online, e que permite aos usuários da língua utilizarem-na sem nenhuma restrição ou imposição de regras. Rojo (2009) cita que, o internetês representa “[...] uma linguagem social adaptada à rapidez de escrita dos gêneros digitais em que circula — bate-papo, em chats, comunicação síncrona por escrito em ferramentas como MSN e blogs” (p. 103).

Temos visto, porém, que essa mesma liberdade, não acontece ou jamais deve acontecer nas aulas de Língua Portuguesa. Mas, será que essa grafia tão permissiva e cheia de supressões (koeh- qual é; qndu- quando; xim- sim; tdu- tudo; tbm- também; pq- por que; kd- cadê; blz- beleza; etc), causa algum dano a norma culta da escrita? “[...] o internetês é classificado como desrespeito ao

idioma, vício, um estilo de língua escrita simplificado e “pobre de regras gramaticais e lingüísticas” [...]” (ROJO, 2006, p. 103).

Para a produção de um relatório, ou de uma dissertação, por exemplo, o indivíduo precisa conhecer a formalidade desses gêneros, bem como, a linguagem adequada para tais modelos textuais e não podem tornar a escrita destes, alheia às regras que os tornarão esteticamente perfeitos. “Pode-se admitir, portanto, o princípio de que a língua varia também, na sua modalidade escrita, em decorrência da imposição de adequar-se às diferentes situações de uso em que se insere [...]” (ANTUNES, 2009, p. 209).

E na escola, como tem sido a abordagem dessas variantes? Tem sido respeitada ou tem deixado vestígios de preconceito? Em primeiro lugar, temos visto que a prioridade dada ao ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa tem sido motivo para o surgimento de inúmeros equívocos acerca da língua, os quais mencionam que “[...] Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola/gramática/dicionário é considerada, pela ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” [...]” (BAGNO, 1999, p. 56). Essa dentre outras declarações demonstra claramente concepções negativas acerca da heterogeneidade da língua.

[...] o discurso da escola sobre a língua considera-a como um grande bloco homogêneo; uma entidade uniforme, sem possibilidade de variação. Pelo contrário, nesse discurso, deveria existir uma língua falada, e outra que é escrita; uma língua informal, usada nas situações de descontração, e uma língua formal, com um vocabulário e uma sintaxe específicos; uma língua para informar, outra para convencer, para seduzir; uma para explicar, outra para refutar etc. Sem o equívoco, como ainda acontece que aquilo que é da língua falada não merece ser explorado. (ANTUNES, 2007, p. 75)

Será que o professor de Português tem assumido o papel de conscientizar o seu público discente de que é necessário o conhecimento dessas regras para serem utilizadas em um dado momento, ou tem sido expostas de forma única e simultaneamente obrigatória a sua absorção?! Essa é uma questão de suma importância e que merece ser tratada com muita reflexão.

2.1.1 NORMA-PADRÃO: UMA VARIEDADE CULTA DA LÍNGUA

Muitas vezes ao mencionarmos o termo “*variações linguísticas*” o que pode vir à mente é algo relacionado apenas à linguagem digital, à fala de analfabetos e pessoas que tem um baixo nível de escolarização ou ainda à oralidade entre os moradores da zona rural. Sabemos que a língua varia (e sempre vai variar) também nesses casos. Porém, essas variedades são perceptíveis tanto no meio rural quanto no meio urbano.

A norma-padrão pode ser considerada um exemplo dessa “variação urbana”. Ela representa uma variedade culta da nossa língua, que nos é explicitada durante as aulas de Língua Portuguesa, quando passamos a ter contato com textos diversos, principalmente os de caráter literário. É imprescindível o seu aprendizado para uma exposição linguística mais elaborada, ou seja, formal.

“Ensinar o padrão se justificaria pelo fato dele ter valores que não podem ser negados — em sua estreita relação com a escrita, ele é o repositório dos conhecimentos acumulados ao longo da história. [...] ensinar a norma-padrão é algo que independe das aulas de gramática tradicionais, da decoreba de nomenclatura técnica, da memorização de conceitos incompletos ou facilmente desmentíveis.” (BAGNO, 2004, p. 59).

Ao chegarem à escola, os alunos já conhecem e dominam o uso informal da língua. No entanto, esses indivíduos carecem do acesso a essa norma padronizada para dela fazerem uso quando assim desejarem ou necessitarem.

[...] o compromisso político da aula de língua portuguesa é oportunizar o domínio também desta variedade padrão, como uma forma de acesso a bens que, sendo de todos, são de uso de alguns. Para percorrer este caminho, no entanto, não é necessário anular o sujeito. Ao contrário, é abrindo-lhe o espaço fechado da escola para que nele possa dizer a sua palavra, o seu mundo, que mais facilmente se poderá percorrer o caminho, não pela destruição de sua linguagem, para que surja a linguagem da escola, mas pelo respeito a esta linguagem, a seu falante e ao seu mundo, conscientes de que

também aqui, na linguagem, se revelam as diferentes classes sociais. (GERALDI, 2006, p. 130-131)

Assim o autor destaca a escola, como campo produtor e disseminador de conhecimentos, que oportuniza as mais variadas classes sociais a chance de crescer em meio a sua língua.

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UM PROBLEMA SOCIAL

Na sociedade em que vivemos, nos deparamos com algo muito sério, que tem afetado muitas pessoas de diversas formas: o preconceito. Segundo Mattos (2001, p. 483) trata-se de uma “opinião negativa que se forma contra pessoas e coisas antes de se ter um melhor conhecimento sobre elas”.

Na verdade, são princípios e idéias sem fundamento que infelizmente permeiam e a cada dia tem se alastrado em relação às escolhas e estilo de vida que alguns indivíduos adotam, e por essa razão acabam sofrendo uma marginalização em meio ao convívio social. E quanto à maneira que utilizamos a língua, não é diferente! Há um grave problema no que diz respeito aos processos de variação que ocorrem em torno dela, e de acordo com Bagno (1999):

O preconceito lingüístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é “invisível”, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá a sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo. [...] (p. 23-24)

As atitudes preconceituosas acerca dos usos da língua são constantes, porém, pouco faladas ou tratadas como problemas, e como consequência disso, vem se tornando cada dia algo extremamente absurdo “[...] Diria que não só não se trabalha em favor do fim da discriminação linguística, como pelo

contrário, cada vez mais se valoriza a língua da escola, que é na verdade a língua do Estado” (POSSENTI, 2006, p. 54).

Faz-se necessário entender que assim como não há uma sociedade homogênea, é inaceitável a ideia de se ter uma língua também homogênea, podemos então dizer, que uma é o reflexo da outra.

[...] a língua varia tanto quanto a sociedade varia, [...] existem muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes; também é preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados, como se também não houvesse variação (e mudança) lingüística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados [...] (BAGNO, 1999, p. 16)

As flexibilidades que vemos na nossa língua são, portanto, os resultados dessa heterogeneidade social e se apresentam devido a vários fatores revelando-se em muitos níveis.

[...] A variação, assim, aparece como uma coisa inevitavelmente normal. Ou seja, existem variações lingüísticas não porque as pessoas são ignorantes ou indisciplinadas; existem, porque as línguas são fatos sociais, situados no tempo e num espaço concretos, com funções definidas. E, como tais, são condicionados por esses fatores. Além disso, a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua. (ANTUNES, 2007, p. 104)

Tomemos como exemplo o modo de falar de um nordestino que vai variar em relação a quem mora no sul, não apenas o sotaque e expressões regionais, bem como alguns vocábulos que terão um sentido ou significado diferente de acordo com cada localidade. Essas mesmas regiões irão apresentar dialetos particulares para fazerem referência a um mesmo elemento (mandioca/aipim/macaxeira), tendo o mesmo efeito de compreensão.

E até mesmo entre falantes de uma mesma região, mas de estados diferentes, como é o caso, por exemplo, da oralidade de um paraibano e um pernambucano ou mesmo de um baiano! Neste sentido teremos uma variação não só lexical, como também fonológica. Sem falar nas variações explícitas ao compararmos a fala de um analfabeto e a de alguém que tem acesso à prática

de letramento; a linguagem dos adolescentes (com suas gírias) que será diferente, com certeza, da fala de seus pais e avós, e ainda nos campos específicos de várias profissões, a exposição oral de um juiz será composta de recursos linguísticos diferenciados da de um feirante.

É tão inadequado (e não errado) dizer: “Vossa Senhoria quer fazer o obséquio de passar o sal?” numa refeição em família, quanto dizer: “ Ô, meu chapa, qué fazê o favor de demiti o Ministro X que ninguém mais tem saco pra guentá ele?” ao presidente da República numa reunião do ministério. (POSSENTI, 2006, p. 52).

Todos esses casos são apenas alguns exemplos de utilizações distintas (e não erradas) de uma mesma língua, pois o importante é como afirmam os PCN (1997):

[...] saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da interação comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção de forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem [...] (p. 26).

Dessa forma os PCN versam com relação ao uso da linguagem, não apenas por sua forma correta, mas também como será a sua apreensão, ou melhor, como essa língua está sendo aprendida e repassada.

3. GRAMÁTICA: NECESSIDADE OU IMPOSIÇÃO?

Sabe-se que o ensino de língua comporta muitos aspectos a serem explorados, desde a sua origem, transformações e conseqüentemente as variações (que são inevitáveis), temos também a estética que apresenta um conjunto de normas a serem obedecidas. A esse aglomerado de regras chamamos de Gramática Normativa, ou como define Travaglia (2005):

[...] é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. [...] Dessa forma, gramatical será aquilo que obedece que segue as normas de bom uso da língua, configurando o falar e o escrever bem. [...] estão embutidos nessa concepção de gramática vários modos de perceber e definir a chamada norma culta que mobilizam argumentos de diferentes ordens para incluir na norma culta ou excluir dela formas e usos [...] (p. 24-25).

De acordo com o conceito acima, podemos perceber que esse “manual de regras” mencionado por Travaglia, é uma das maneiras (e não a única) que o usuário tem para uma melhor utilização da língua, expressando-se de uma forma um pouco mais elaborada (principalmente na modalidade escrita), e de acordo com os contextos sociais em que está inserido.

Porém, não tem sido esta visão que tem ocupado a nossa realidade. Infelizmente, para muitos, a gramática não representa apenas uma opção, pelo contrário, ela é tida como único e exclusivo meio para o uso oral e escrito. É como se fosse um mandamento sagrado, que tem que ser cumprido religiosamente, sem nenhum questionamento. E esse é um fato muito preocupante, porque aquilo que deveria ser visto como algo necessário, tem se tornado imposto, obrigatório e sem nenhum fundamento.

A impressão que se tem é de que os professores de Português têm o costume de “empurrar” para os alunos os diversos conceitos gramaticais, pouco importando se esses conceitos são lógicos, compreensivos, coerentes, etc. Os alunos, pobres coitados, não têm argumentos para contestar a “sabedoria” do professor, mesmo porque lhes foi passado que o aprendizado da gramática é algo sagrado: equivale mais ou menos ao aprendizado da Bíblia. Discordar da gramática, assim como

discordar da Bíblia, é um ato de heresia. (ROCHA, 2007, p. 71).

O professor precisa compreender que ensinar Português vai muito além da exposição de regras, normas, conceitos e nomenclaturas gramaticais. Deve mostrar principalmente para seus alunos, que a gramática é apenas uma bússola que poderá orientá-los no emprego adequado da língua.

3.1 EQUÍVOCOS NO ENSINO DE GRAMÁTICA

A gramática tem causado, em algumas pessoas, a confusão de que para comunicar-se bem, tanto de forma oral, quanto escrita, é essencial que se aprenda/utilize de suas regras em todas as atividades de diálogo.

Ingenuamente, a gramática foi posta num pedestal e se atribuiu a ela um papel quase de onipotência frente àquilo que precisamos saber para enfrentar os desafios de uma interação eficaz. E daí vieram as distorções: a fixação no estudo de gramática, como se ela bastasse, como se nada mais fosse necessário para ser eficaz nas atividades de linguagem verbal. (ANTUNES, 2007, p. 42)

Diante de tal declaração, podemos perceber que os equívocos acerca do ensino de gramática são mais carentes de preocupação do que se imagina. E é justamente devido a esses pressupostos que surgem algumas dúvidas, tais como: será que o ensino de gramática é realmente essencial ou pode ser algo dispensável?! Bagno (2007) alega que:

[...] Se “ensinar gramática” for entendido como decoreba de nomenclatura sem nenhum objetivo claro e relevante, análise sintática de frases descontextualizadas e às vezes até ridículas, definitivamente não é para ensinar gramática. Mas se por gramática entendermos o estudo sem preconceitos do funcionamento da língua, do modo como todo ser humano é capaz de produzir linguagem e interagir socialmente através dela, por meio de textos falados e escritos, portadores de um discurso, então, definitivamente é para ensinar gramática sim. (p. 70)

É bem verdade, que não podemos negar que há sim, méritos acerca do ensino da gramática, pois segundo Antunes (2007, pág. 80), “[...] Ela está na língua. Ela faz parte da língua.” O que não podemos esquecer é que ela é apenas um instrumento que nos possibilita não só explorar a língua nas ocasiões mais formais, como também, desenvolver habilidades que nos levam a fazer uso da norma culta. Mas enquanto ela estiver sendo vista como o único meio para saber falar e escrever bem continuará causando grandes transtornos no ensino da nossa língua-mãe, e não deixaremos de ouvir expressões do tipo: “português é uma língua muito complicada ou muito difícil”.

[...] “português é uma língua difícil”: porque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós. No dia em que nosso ensino de português se concentrar no uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem. (BAGNO, 1999, p. 51)

Assim, esses equívocos também se tornam responsáveis pelo fracasso escolar. É bem verdade que ocorre uma frustração por parte dos educandos, que acabam não aprendendo e sim decorando milhares de regras que, muitas vezes, nem conseguem compreender para quê e por quê. Outro fator preocupante é quando há uma solicitação de produção textual, o primeiro detalhe que se é notado e anotado (principalmente com aquela “canetinha vermelha”) pelos professores, são os “erros de ortografia” que também são vistos como “erros de português”, e tem sido considerados como desvios gramaticais. Eis aí mais um engano!

[...] saber uma língua (saber a *gramática* de uma língua) não tem nada a ver com saber a ortografia dessa língua. São dois saberes diferentes, um é *natural*, o outro é *artificial*. Um é adquirido espontaneamente, o outro é *aprendido* à custa de treinamento e memorização consciente. [...] O peso da tradição gramatical, no entanto, leva muita gente a confundir *saber a língua* com *saber a ortografia oficial* da língua. [...]. (BAGNO, 2004, p. 31)

Como consequência de tudo isso, vemos um desencanto e a insatisfação pelo estudo de Português, bem como um número considerável de reprovação em nossas escolas.

3.2 UMA NOVA VISÃO GRAMATICAL

Como sabemos, a gramática não é a língua, e sim, algo que faz parte dela e que rege a sua aplicação em algumas circunstâncias de nossas vidas. Não há como excluí-la do nosso cotidiano, principalmente quando se refere às mais diversas ocasiões, e que de uma forma ou de outra nos induz a utilizá-la. Ao discutirmos sobre gramática, não podemos delimitá-la aquele conjunto de regras que nos é apresentado só quando chegamos à escola. Precisamos considerar todos os empregos linguísticos (naturais e espontâneos) que fazemos antes disso.

Muito antes de ter o contato com a prática de letramento, os alunos já conhecem a gramática (mesmo de forma inconsciente) fazendo o uso desta de maneira livre e sem preocupar-se com regras. Esses indivíduos são naturalmente dotados de saberes que, independente do conhecimento da gramática normativa, sabem empregar vocábulos de acordo com as necessidades do diálogo, bem como entender e discutir sobre diversos assuntos (cada qual à sua maneira). A esse conhecimento denominamos de gramática internalizada ou implícita.

Gramática implícita, [...] é a competência lingüística internalizada do falante [...] seria implícita, porque o falante não tem consciência dela, apesar de ela estar em sua “mente” e permitir que ele utilize a língua automaticamente, quando ela necessita para qualquer fim, em situações de interação comunicativa. [...] (TRAVAGLIA, 2005, p. 33)

Se pararmos para pensar, veremos “[...] com que eficiência todo e qualquer falante de português — incluindo as criancinhas em idade pré-escolar e os adultos, totalmente analfabetos — usa os possessivos. [...]” (BAGNO, 2004, p. 59). Ao realizarem uma exposição oral, demonstram ter conhecimento sobre a língua, como explica Antunes (2007), fazendo menção às crianças:

Se uma criança diz “minhas colegas e meus colegas”, “um algodão” e “um algodinho”, é porque já domina as regras morfosintáticas de indicação do masculino e do feminino, bem como as regras de indicação do aumentativo e do diminutivo

em português. Ou seja, já sabe esses pontos da gramática. [...] (p. 27)

Esses saberes precisam ser apreciados (e respeitados) no ambiente escolar, e tomados como objeto de estudo. Devem ser vistos como algo que precisa ser aperfeiçoado e não desprezado, “[...] porque o aluno já sabe falar quando chega à escola e domina, em sua essência, a gramática da língua. [...]” (FÁVERO, 2007, p. 10). O objetivo do professor de Língua Portuguesa precisa ter como alvo principal tornar os seus alunos capazes de manusear a língua de diversas maneiras e de acordo com as situações sejam elas formais ou não.

4. O PAPEL DA ESCOLA E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

A escola manifesta um papel essencialmente importante, uma vez que ela representa uma peça-chave responsável pela formação intelectual e crítica dos cidadãos, enquanto seres inteirados no convívio social.

Ao realizar sua tarefa básica, a escola e os professores estão cumprindo responsabilidades sociais e políticas. Com efeito, ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar socializa o saber sistematizado e desenvolve capacidades cognitivas e operativas para a atuação no trabalho e nas lutas sociais pela conquista dos direitos de cidadania. Dessa forma, efetiva a sua contribuição para a democratização social e política da sociedade. (LIBÂNEO, 2008, p. 33).

É na escola que damos os primeiros passos de alfabetização e letramento, construímos laços e adquirimos experiências que irão marcar as nossas vidas (sejam elas boas ou não). É lá que passamos boa parte do nosso dia e aprendemos valores que nos ajudarão a ter uma visão mais ampla diante do mundo. Assim como a família, a escola tem grande responsabilidade na educação.

Essas duas instituições são, portanto, a base para a construção da personalidade ideológica dos seus indivíduos. É dever da escola, torná-los conscientes e capazes de expressar suas opiniões, exercendo a cidadania, lutando contra a injustiça e desigualdades. É no seio escolar que o aluno aprende a munir-se, a fim de romper as barreiras do preconceito, e não ser mais vítima deste.

É no ambiente educacional que se deve proporcionar o caminho da conquista e do bom êxito diante de um futuro promissor e cheio de oportunidades que o mercado de trabalho tem a oferecer.

E daí surge uma indagação: Será que a escola vem cumprindo o seu papel, ou tem por muitas vezes se omitido em promover tais competências aos seus educandos? É bem verdade (e não podemos negar) que temos sim, ótimos resultados que correspondem a esses objetivos atribuídos à escola.

Contudo, ao delimitar essa responsabilidade para o ensino de Língua Materna, vemos que muita coisa importante e necessária tem sido depreciada do programa e do planejamento dos professores, e tem-se enfatizado exageradamente outras que precisam ser vistas, mas não de maneira tão ostensiva! Esse é um entre os inúmeros motivos que provocam em muitos alunos a não valorização das aulas, causando-lhes uma “certa” aversão por tal disciplina.

4.1 AULA DE PORTUGUÊS: QUAL TEM SIDO O FOCO?

Ao refletir sobre o principal objeto de estudo das aulas de Língua Portuguesa, chega-se a conclusão de que a gramática tem sido o “centro das atenções”, sendo explorada de maneira enfática pelos professores e desprezada explicitamente pelos alunos.

Raramente contemplamos a priorização de conteúdos que verdadeiramente equivalem às necessidades do público discente, como a prática de leitura e produção de textos, por exemplo. É obvio que não podemos vedar os benefícios que a gramática nos oferece; porém, precisamos entender que ela não é e nunca será o único meio para os alunos terem sucesso na fala e na escrita durante suas interações diárias.

O conhecimento gramatical é, pois, um conhecimento necessário para aquele que se dedica ao estudo da língua e ao seu ensino, para que possa exercer dignamente seu ofício de construir situações adequadas para aquele que quer aprender usar a língua, selecionando inclusive quais destes conhecimentos lhe são necessários. Mas não é um conhecimento, em seu todo, necessário para aquele que quer aprender a ler criticamente e a escrever exitosamente. (GERALDI, 1996, p. 72)

Já o incentivo à leitura e à elaboração de textos, mostra de forma notória tal efetivação, como lembra Rojo (2009, p. 83): “Como a leitura, a escrita ou *produção de textos* também envolve uma multiplicidade de capacidades ou

competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica, se não ao longo da vida [...]”. E ainda conforme Bagno (2004):

[...] Para ser um bom usuário dos recursos da língua, o aluno tem que ser posto em contato permanente e intenso com textos falados e escritos de onde ele possa apreender esses recursos. É uma inutilidade (e uma crueldade) desperdiçar milhares de horas de aula para ensinar coisas que os alunos já sabem usar, simplesmente para que eles aprendam os nomes que a GT¹ dá a essas coisas. (p. 59)

É através da leitura que o indivíduo começa a se desenvolver de diversas maneiras: sua oralidade é aperfeiçoada, seu senso crítico é ampliado, devido às informações que são absorvidas, e conseqüentemente suas opiniões diante dos fatos serão o resultado do que foi assimilado. Todo leitor aprende a questionar e a comparar tudo que ele tem acesso. Sua visão de mundo é alargada, possibilitando-lhe a construção de uma opinião particular.

Assim sendo, percebe-se que o texto escrito posteriormente elaborado, será um reflexo de outros textos que já foram lidos e questionados. Diante dessa realidade, comprovamos que só a exposição de gramática não é suficiente para tal evolução.

O ensino da Língua Portuguesa tem como principais objetivos: a aquisição de conhecimentos e habilidades de leitura e escrita; o desenvolvimento de habilidades e capacidades de produção e recepção de mensagens verbais, em diferentes situações da vida cotidiana; a compreensão e a valorização das variedades dialetais da língua. (LIBÂNEO, 2008, p. 45)

É aconselhável, portanto, que as aulas de Português sejam centradas tão somente nas competências: leitura e produção de textos, e que a gramática poderá vir, mas em segundo plano!

⁴ Gramática Tradicional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de todo nosso trabalho apresentamos algumas questões que mereciam ser tratadas com bastante minúcia. Quando paramos para pesquisar um pouco sobre língua materna, estamos iniciando uma viagem, na qual iremos buscar explicações de algo que nasce conosco e que vive em constante metamorfose. A cada instante vem sendo aperfeiçoada de acordo com as situações que nos envolvem diariamente.

Suas variações fazem parte de um fenômeno muito diversificado, e nos permite interagir de inúmeras maneiras. Essa ocorrência de transformações corresponde ao fato de vivermos em uma sociedade heterogênea, em que a língua é tão somente consequência dela.

Não podemos jamais desprezar os dialetos e as expressões que fazem parte dessa realidade social. Devemos reconhecer esse processo variável da língua e trabalhá-lo na sala de aula, mostrando que essas mudanças sempre irão ocorrer tanto na fala, quanto na escrita.

É necessário mostrar como a fala é variada, que há diferentes níveis de fala e escrita (diferentes graus de formalismo), isto é, diferentes níveis de uso da língua [...]. O professor precisa mostrar, também, que fala e escrita não podem ser dissociadas e que elas se influenciam mutuamente. [...]. (FÁVERO, 2007, p.116)

Outro fator que nos chama a atenção é a discussão referente ao ensino de gramática! Vimos que o ensino desta é importante quando a ela não é dado o “poder” de governar a língua. Pelo contrário, sabemos que ela representa tão somente a ponta de um iceberg ou um simples igapó diante de um rio caudaloso, como afirma Bagno (1999):

A língua é um enorme *iceberg* flutuando no mar do tempo, e a gramática é a tentativa de descrever uma parcela mais visível dele, [...] Enquanto a *língua* é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca detém seu curso, a *gramática normativa* é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/ língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa

envelhece e só se renoverá quando vier a próxima cheia. [...] (p. 20)

Percebemos também que, o preconceito linguístico é um fator decorrente dos equívocos causados pelo ensino ostensivo da gramática normativa, e que por muitas vezes as variedades linguísticas são consideradas como erros que ameaçam “assassinar” a norma padronizada da língua. Sabemos que isso é apenas uma ilusão, pois essas variações sempre vão existir em nossas situações de uso da língua. Cabe, portanto à escola, mais precisamente às aulas de Língua Portuguesa, o ato de promover a conscientização dos alunos referente à importância de se aprender gramática e a norma-padrão, compreendendo qual a finalidade desse aprendizado para suas vidas.

Lembrando que esse procedimento deve ser feito de maneira organizada, democrática e sem vestígios de preconceito.

[...] o PP⁵ deve cumprir a missão de proporcionar ao aluno um instrumento adequado para que ele possa lidar com os diversos conteúdos que povoam o mundo que o cerca. A língua deve ser considerada, portanto, um “meio” para alcançar esses conteúdos. Sem o domínio desse meio, o indivíduo não consegue sobreviver adequadamente na sociedade contemporânea letrada e civilizada. (ROCHA, 2007, p. 69)

A exposição das regras gramaticais, bem como da norma-padrão deve estar indiscutivelmente associada à prática de leitura e estudo de textos dos mais diversos gêneros, como também à produção da escrita. Pois é através dessas atividades que o aluno irá desenvolver, sem dúvida, a sua capacidade de compreensão e domínio da língua nos mais diferentes contextos.

A alfabetização bem conduzida instrumentaliza os alunos a agirem socialmente, a liderarem situações e desafios concretos da vida prática: é o meio indispensável para a expressão do pensamento, da assimilação consciente e ativa de conhecimentos e habilidades, meio de conquista da liberdade intelectual e política. (LIBÂNEO, p. 43)

Notamos, pois, que é imprescindível para os educadores refletirem sobre a sua conduta pedagógica frente ao ensino de Língua Portuguesa,

procurando reformular o planejamento dessas aulas bem como a metodologia a ser aplicada.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 2ª edição.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola: 2004.
- _____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: 1997.
- FÁVERO, Leonor Lopes. ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. AQUINO, Zilda G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- GERALDI, José Wanderley. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: Coleção magistério 2º grau: Série coleção do professor**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MATTOS, Geraldo. **Dicionário júnior da língua portuguesa**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2001.
- POSSENTI, Sírio. Sobre o ensino de português na escola. In: GERALDI, João Wanderley. (Org.). **O texto na sala de aula**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderley. (Org.). **O texto na sala de aula**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Gramática: nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.